

Congresso usa FBI de modelo para controlar Abin

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência é instalada no Senado e já começa a trabalhar

Ailton de Freitas/12-5-98

Maria Lima

• BRASÍLIA. A atuação dos agentes da inteligência americana, ligados ao FBI, servirão de referência para o projeto de regulamentação das atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Com a instalação da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, ontem no Senado, ficou acertado que em 25 dias será elaborado um projeto de lei para regulamentar as políticas de inteligência da Abin. O relator Luis Carlos Haully (PSDB-PR) vai preparar também o projeto de regimento da comissão fiscalizadora, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

— Vamos decidir as funções dos arapongas. Nos Estados Unidos o controle do Congresso sobre as atividades do FBI é feito através do Orçamento. Cada ação tem que ter um projeto próprio. E o dinheiro e as atividades precisam ser aprovadas pelo Congresso. Pode ser um ponto de partida para a regulamentação da Abin. Se a

comissão já estivesse acompanhando os trabalhos da Abin, todo excesso teria sido coibido — disse Sarney.

A primeira reunião foi marcada por divergências entre Sarney e o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA). Como ainda não foi aprovado o regimento da comissão, Sarney tentou transferir para a Comissão de Defesa e Relações Exteriores, da Câmara ou do Senado, o depoimento do ministro-chefe da Secretaria de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso.

Jader apóia requerimento de Mercadante

Jader apoiou o requerimento de convocação de Cardoso apresentado pelo líder do PT na Câmara, Aloizio Mercadante, alegando que se a comissão estava instalada, tinha competência para ouvir o general sobre denúncias de espionagem de autoridades e jornalistas.

Ao final, ficou decidido que primeiro o general vai depor na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, onde

já tinha sido aprovada sua convocação para o dia 29.

— No momento em que instalamos a comissão, ela passa a existir. E tanto existe que vai analisar pontos muito mais importantes: as políticas de inteligência para o país. Como não tem competência para ouvir o general, que é um ato tão eventual? — perguntou Jader.

— Como todos, quero saber tudo sobre essas denúncias, sobre até onde estão indo as atividades da Abin. Mas sem atropelar o regimento — respondeu Sarney, tendo a seu lado o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA)

A líder do PT, Heloísa Helena (AL), apresentou requerimento para que os membros da comissão tenham acesso imediato a todos os relatórios de atividades da Abin desde dezembro de 1999, quando ela foi criada. O relator Luis Carlos Haully só vai se pronunciar sobre o requerimento na próxima sessão, marcada para a semana que vem. Uma das propostas para o funcionamento da

comissão é que os relatórios de atividades da Abin sejam repassados à comissão fiscalizadora de três em três meses.

— Se houver lealdade dos arapongas, as coisas correrão bem. Mas sempre se pega quem está mentindo em relação a qualquer problema. A Abin terá de se reportar à comissão. O Congresso pode aprovar uma regulamentação obrigando a agência a informar tudo sobre suas atividades. O Congresso é mais forte que a Abin — disse Antônio Carlos.

Parlamentares terão cinco dias para fazer emendas

Pelo calendário, nos próximos cinco dias os deputados e senadores podem apresentar emendas para o projeto de regulamentação da Abin e do regimento de funcionamento da comissão fiscalizadora. Depois, o prazo para apresentação do substitutivo do relator é de 20 dias. Mas Sarney pediu pressa, por causa do recesso parlamentar que começa dia 15 de dezembro. ■



SENADOR JOSÉ Sarney: "Vamos decidir as funções dos arapongas"